



DL-01

Ses. Esp. 25/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com a finalidade de discutir o Conselho de Comunicação Social no Estado da Bahia.

Convido para compor a Mesa o Sr. Assessor Geral de Comunicação do Governo do Estado, Robinson Almeida, representando também o governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner; o Sr. Secretário de Comunicação do município, Eduardo Diogo Tavares, representante do prefeito da cidade de Salvador, João Henrique; o presidente da OAB-Ba, Saul Venâncio Quadros Filho, representando também o presidente do Conselho Federal da OAB; o Sr. Diretor do Departamento de Comunicação Social, o tenente Sérgio Luís Baqueiro, representante do comandante-geral da PM, Nilton Mascarenhas; a Sr^a Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, Regina Ferreira; o Sr. Presidente da Associação Baiana de Mercado Publicitário, Ney Bandeira Júnior; o Sr. Agostinho Muniz, representante da ABI; o deputado federal eleito Afonso Florence.

Antes do início dos trabalhos, gostaria de solicitar aos presentes um minuto de silencio, já que está sendo velado, neste momento, no Jardim da Saudade, o radialista Edmundo Carvalho.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Srs. da Imprensa aqui presentes, Srs. da Mesa já anunciada, o objetivo desta sessão especial, meu caro secretário de Comunicação do governo, é em relação às notícias... Confesso-lhe que sempre fico muito preocupado quando vejo vir do governo do Estado ou do Executivo um projeto inicialmente inconstitucional. Isso já começa a assustar. Tomei essa iniciativa quando chegou, há dois anos, nesta Casa, um projeto, oriundo da Secretaria da Fazenda, que daria aos agentes de tributos a paridade e as mesmas atribuições que os auditores fiscais têm. Mesmo com o parecer contrário da OAB e do Ministério Público, também fizemos vários pronunciamentos, o processo veio, foi aprovado, o governo tinha maioria. Recorri, através do meu partido, entramos com uma



Adin, tivemos o parecer favorável da Procuradoria Geral da República, Dr. Rangel, já estive com ele várias vezes. A gente se preocupa, meu caro Saul Quadros, presidente da OAB, quando a gente vê que, mesmo esse projeto tendo um parecer contrário por sua inconstitucionalidade, o próprio parecer do procurador-geral da República está parado no Supremo Tribunal Federal. A gente se preocupa mais ainda, meu caro secretário Robinson, quando vemos decisões recentes da maior corte do nosso País, quando ela abre mão de suas prerrogativas e esquece que tem que determinar ou julgar de acordo com o que determina a Constituição federal do nosso País, joga fora essa prerrogativa, deixando prevalecer a decisão de uma instancia inferior, já que estava se julgando ali naquele caso, acabando na realidade com a nossa Constituição, porque se tratava de direitos adquiridos, e fazendo com que efeitos de uma lei retroajam, causando uma inquietação no meio jurídico sem precedentes. Então ficamos preocupados porque, da mesma forma como esse projeto aqui da Bahia com o próprio parecer, repito, o procurador-geral da República não foi julgado pelo STF. E vemos o próprio ministro da Comunicação do presidente Lula em recente Congresso Internacional declarar que com ou sem discussão será implantado esse Conselho de Comunicação do governo, sob o pretexto, a meu ver, de que algumas emissoras de televisão, sobretudo, tenham utilizado imagens em horários inadequados para nossas crianças. Só que isso não é pretexto para cercear o direito da imprensa livre.

Acho que esse outro aspecto deve ser analisado, e cada imprensa que utilizar devida ou indevidamente imagens em horários inadequados será julgada pela própria população, pela audiência. Por isso, não vejo uma forma de tentar coibir de qualquer maneira que seja o direito inalienável de a imprensa divulgar e as pessoas terem discernimento para receber essa informação e julgá-la como quiserem.

Então nesse sentido, meu caro secretário Robinson, o objetivo desta sessão é colocar o assunto e dar oportunidade ao governo do Estado da Bahia, já que, pelo que tenho acompanhado também pela imprensa, decisões estão sendo tomadas em alguns estados nordestinos. Por exemplo: Ceará e Rio, no Sul, estão fazendo uma movimentação como a nossa, parece. Li que lá ontem e hoje está havendo igualmente uma sessão especial para discutir o tema. E já vi isto aí nos principais jornais do nosso País, esta preocupação.



Cheguei a ver, se não me engano, o *Estadão*, de São Paulo, dizendo que talvez essa fosse uma tentativa do governo federal de criar um clima nos governos estaduais para mostrar-lhes que todos querem que haja um Conselho de Comunicação, embora se saiba que tal órgão em âmbito estadual fere o que determina a Constituição.

Qualquer um de nós que entrar na Justiça e esta vier a julgar, que não aja como tem agido em outros processos, julgando politicamente pessoas, e não processos, causando essa insegurança política no nosso Brasil. Mas, enfim, com esse clamor estadual viria uma decisão - aí, sim - pertinente do governo federal criando o Conselho, o que seria danoso.

Então, a ideia hoje, meu caro secretário, é que V.S^a coloque para os seus colegas jornalistas e a OAB - lamento a ausência aqui do procurador-geral do Estado ou seu representante -, porque, com certeza absoluta, qualquer projeto de lei sobre o tema terá de passar pela Procuradoria do Estado. E repito lamentar não estar presente a esta sessão um representante da Procuradoria até o momento, até mesmo para debater, discutir com a Ordem dos Advogados, os próprios jornalistas, radialistas, enfim, os que fazem imprensa, as pessoas que lidam com televisão, esse processo.



10386-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Robinson Almeida

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Robinson Almeida para que nos apresente a minuta deste projeto de lei, para que possa ser discutido pelos seus colegas.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA:- Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o presidente Carlos Gaban e parabenizá-lo pela convocação desta sessão especial. Esta Casa Legislativa é a Casa da democracia, é a representação legítima do povo baiano, e nada mais salutar que ela promova discussões e debates sobre temas que têm uma relevância social.

Quero também cumprimentar os demais membros da Mesa na figura de Dr. Saul, que certamente estará aqui nos ensinando e sendo um guardião da legislação e da legalidade dos atos que estamos buscando fazer neste momento.

Quero iniciar, Sr. Presidente, se V.Ex^a permitir, passando um filme de 5 minutos, que produzimos para socializar aqui com os presentes um pouco da história de como é que esse Conselho está sendo discutido e debatido.

(Apresentação do filme.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA:- Obrigado pela execução.

Fiz questão de apresentar para contextualizar como é que esse debate surgiu, como ele foi sendo conduzido na sociedade. Antes de relatar e debater o conteúdo do conselho, tenho que fazer um registro importante, Sr. Presidente, que do ponto de vista constitucional, aqui está a nossa Constituição do Estado que foi aprovada em 1989 por esta Casa, no seu art. 277 estabelece a existência do Conselho Estadual de Comunicação Social.

Então o Conselho de Comunicação Social da Bahia é previsto há 21 anos, em 1989. A conferência estadual a que acabamos de assistir, baseada nessa lacuna que existia de 20 anos sem regulamentação dessa lei, sugeriu entre várias outras sugestões e resoluções que fosse regulamentado o Conselho de Comunicação Social.

Então o processo de regulamentação do conselho, baseado nessa demanda da sociedade em função de uma exigência constitucional, a gente procurou fazer da forma mais



participativa possível. Vocês acabaram de assistir a uma conferência inédita no Brasil, nenhum outro Estado tinha realizado até então uma conferência estadual de comunicação, e nós percorremos toda a Bahia e mais de duas mil pessoas participaram, discutiram, debateram e sugeriram a regulamentação desse conselho.

Desse processo, um ano depois, no ano de 2009, convocada a Conferência Nacional de Comunicação, a Bahia fez uma segunda edição de conferência estadual, agora como parte preparatória da conferência nacional. E nesse evento, em novembro do ano passado, o governador Jaques Wagner instituiu um grupo de trabalho responsável por elaborar um projeto de lei para o governo do Estado enviar à Assembleia regulamentando o Conselho de Comunicação Social.

Então a participação da sociedade na elaboração dessa proposta vem desde a primeira conferência, ela se afirma na segunda conferência e, acho que inédito em todo o Brasil, pela primeira vez o governo delega a um grupo de trabalho da sociedade para se sentar e propor o anteprojeto. E esse processo já está na sua fase final nas instâncias de governo dando o formato legislativo para ser enviado a esta Casa que terá a prerrogativa de debatê-lo, aperfeiçoá-lo e aprová-lo; inclusive, colocamos nas pastas em que as senhoras e os senhores receberam a minuta do anteprojeto, e todos podem ter acesso às discussões.

A Constituição, como falei, estabelece no seu art. 277 que esse conselho, a lei deveria se debruçar sobre sua competência e o seu funcionamento. No *caput* do art. 277 está lá definido que é obrigação do Estado garantir a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Então, seria de modo contraditório qualquer tentativa de regulamentar o conselho que viesse de encontro ao que dispõe o artigo no seu *caput* central.

Por isso mesmo, todo debate, toda polêmica estabelecida de que o Conselho de Comunicação é tentativa de governo para controlar, fiscalizar, monitorar a mídia, ao que me parece vem muito de desinformação. Não há a informação adequada, o fato é: existe um conselho para ser regulamentado, definida as suas competências e funcionamento, e a versão que circula é que há uma tentativa de controle da mídia quando se cria conselho.

Conselhos, inclusive, são órgãos auxiliares de governo existentes nas diversas áreas e é da tradição democrática brasileira. Há conselho na área de cultura, conselho na área



de educação, conselho na área de saúde, conselho na área da cidade, porque o estado moderno pressupõe a formulação das suas políticas públicas com uma interação com a sociedade civil. O Estado não é mais aquele onipresente que os tecnocratas decidem unilateralmente o conjunto das políticas públicas, ele se abre à participação popular, e somos testemunhas de que este Governo tem promovido a intensa participação popular. Foram realizadas, nesses quatro anos, vinte e seis conferências setoriais nas diversas áreas. Na área de Comunicação, fizemos duas.

O PPA, que é a peça mãe do planejamento da esfera governamental, foi feito também de forma participativa no ano de 2007. As conferências e os conselhos fazem parte dessa concepção de governo moderno que se abre à participação social. E há, infelizmente, uma lacuna na área de Comunicação Social, não havia esse espaço nem na forma de conferência e nem na forma de conselho.

Então nós damos, diferente de querer reduzir o CCA, parece-me que esse Conselho da Comunicação vai no sentido de ampliar a democracia e a participação social, vai no sentido de alargar a participação popular e fazer com que o Estado, interagindo com a sociedade, possa funcionar melhor, possa produzir políticas públicas de mais qualidade na área de Comunicação.

Hoje, quando cheguei aqui, Sr. Presidente, atendendo a várias entrevistas, era respondendo a essa primeira pergunta: o Conselho é para controlar a mídia? E eu dizia o tempo todo: o Conselho é para ampliar a democracia, não compete a um Conselho de Comunicação no Estado agir sobre o funcionamento da mídia, a competência desse Conselho é de auxiliar o Governo do Estado na formulação da sua política de comunicação social. Então, ele é um instrumento auxiliar do Poder Executivo Estadual, não vai se imiscuir sobre o funcionamento da mídia, porque isso é um atributo de Legislação Federal e outros órgãos diferentes do órgão de um Conselho Estadual de Comunicação da Bahia.

Então, acho que tirado esse debate, que tende a artificializar a discussão em Conselho igual a Controle, abre o espaço para a gente fazer o debate do mérito. Se o Governo do Estado quer criar um instrumento que o auxilie na produção de políticas públicas



na área de comunicação, qual seriam então as suas competências? O que deveria fazer esse Conselho para auxiliar o Governo do Estado?

Fundamentalmente, o debate das conferências e no grupo de trabalho viu que essa área é pouco entendida como uma atividade econômica. A comunicação não pode ser compreendida apenas no seu caráter técnico-instrumental de produzir conteúdo noticioso, a comunicação é uma atividade econômica importantíssima no Brasil e na Bahia, ela é responsável por um mercado de bilhões de reais e também pelo emprego de milhares de profissionais, trabalhadores de comunicação, jornalistas, radialistas publicitários, ela é responsável pela circulação de riquezas em todo o País e precisa, naturalmente, como atividade de mercado ter políticas públicas que possam dinamizá-la, que possam fazer com que ela garanta os interesses nacionais e que se preserve também os interesses regionais.

Já fomos demandados enquanto Governo, por exemplo, várias vezes pelo mercado publicitário, pela ABNT, Abap e por outras instituições que compõem o mercado publicitário sobre a necessidade de fazermos um debate nacional sobre a distribuição e circulação de verbas publicitárias em relação às campanhas nacionais, porque tudo é concentrado no eixo São Paulo e Rio e os os mercados regionais não participam da divisão desse bolo. As agências não participam, porque uma agência só faz toda uma política nacional, as televisões regionais não participam porque vêm verticalizadas em cadeia todo o conteúdo, assim como as rádios, os jornais, tudo isso tem uma relação de divisão desse bolo do mercado publicitário, isso para citar um exemplo da importância dessa atividade econômica de comunicação.

Além disso, Sr. Presidente a comunicação cumpre um papel fundamental na preservação da nossa identidade cultural. Um povo, uma nação, um conjunto de pessoas reunidas e associadas só permanece com sua identidade se conseguir preservar seus valores, os hábitos, seus costumes e também a sua forma de expressar e comunicar.

Numa sociedade como a nossa, tecnológica, midiática, onde um só aparelho, hoje, é telefone celular, máquina fotográfica, computador, reúne um conjunto de atributos tecnológicos, temos a possibilidade de uma diluição da nossa cultura, bem como da nossa identidade, se não houver uma ação do governo no sentido da preservação.



Se na programação das televisões da Bahia, 24 horas no ar, não se vê um rosto de um baiano, certamente a nossa identidade está enfraquecida. E se nas rádios que sintonizamos não ouvirmos um sotaque baiano, um oxente de um radialista numa transmissão de futebol, certamente estamos perdendo a nossa identidade, a nossa forma própria de ser e homogeneizando o País em cima de uma produção de conteúdo verticalizada, produzida lá, no Eixo Sul, e submetendo os mercados e produções regionais a quase nada, fadados ao desaparecimento futuro. Então, preservar nossa identidade cultural é também atribuição de uma política pública de comunicação do Estado que possa manter a existência e ampliação das nossas rádios comerciais.

A Bahia tem 417 municípios e 160 rádios comerciais. Nem todos os municípios dispõem de rádios comerciais na Bahia. O nosso Estado tem 14 milhões de habitantes, e existem aqui, em Salvador; 5 televisões abertas e uma pública, e uma TV regional em Cabralia e outra em Teixeira de Freitas. Nós não temos produção regional de televisão na grande maioria das regiões do nosso Estado. Apenas de 5 a 10 minutos é produzido pela TV centralizadora da maior rede baiana, vinculada à Rede Globo aqui, na Bahia. Toda vez que um cidadão de Barreiras não vê um semelhante seu na televisão, como também um cidadão de Juazeiro, certamente que estamos enfraquecendo a nossa identidade cultural.

Portanto, precisamos preservar esse caráter singular de ser baiano, e vale também ser pernambucano, cearense, paranaense, vale para todos os Estados, porque o que estamos assistindo é uma homogeneização a partir de 80%, 90% da grade de conteúdo sendo produzida nacionalmente, e a das regiões sucumbindo.

Então, são necessários debates como mercado de comunicação, nossa identidade cultural, políticas públicas de inclusão digital, por exemplo, pois há uma demanda grande, para que nós, além de superar os problemas da alfabetização formal, também superemos os problemas da alfabetização digital.

Uma criança já nasce profundamente influenciada pela tecnologia – se duvidar, no colo do pai já está *twittando*, mandando torpedo – e vai para a escola com esse tipo de relacionamento com as novas mídias, os novos conteúdos. Qual é a política pública adequada para garantir que as novas gerações sejam formadas nesse novo ambiente tecnológico?



Porque a leitura do jornal impresso, como na minha geração, que assistia televisão e ouvia o rádio, essa cultura já está sendo superada pela introdução das novas tecnologias. A leitura se dá direto no monitor do computador. Você já tem os outros recursos modernos da comunicação.

Então, uma política que amplie o alcance da digitalização no Estado, que vá para a rede pública, para as sedes das grandes cidades, que considere a inclusão social como parte estruturante de uma política de democratização da comunicação é uma reivindicação da sociedade e está presente, também, como elemento de competência de elaboração e formulação de políticas públicas desse conselho.

Depois de 21 anos, estamos aqui fazendo um debate sobre o conselho, o que me parece uma exigência para ampliarmos a democracia na esfera da relação do governo com a sociedade, um instrumento em que definida a sua abrangência e competência a gente possa ter lá no funcionamento e na sua composição representantes de todos os segmentos sociais. É, da produção do grupo de trabalho, um conselho plural, a proposta é de que ele tenha 25 membros e que desses o governo seja a minoria, que tenha 07 membros de governo e 18 membros da sociedade. Como o papel desse conselho é consultivo, auxiliar a elaboração das políticas públicas do Estado; como esse conselho delibera sobre as questões da sua competência, o governo do Estado abre a relação com a sociedade, porque acredita que é nessa abertura e nesse diálogo que vai ter uma política de comunicação social mais eficiente. Então, nele está previsto o assento de representantes dos empresários de comunicação.

Então a ABMP, Associação Baiana do Mercado Publicitário, participou ativamente da construção da proposta da minuta desse conselho, e é de se perguntar imediatamente, como é que os produtores de conteúdo de comunicação poderiam participar de um fórum, de um espaço que estaria ali para cercear a sua liberdade futura? Certamente não estariam. Participaram porque sabem que há um compromisso desse governo em ampliar a democracia e ampliar o espaço de participação da sociedade. Está prevista a participação também das entidades de classe, está prevista a participação das ONG's e dos Movimentos Sociais, porque nós concedemos no debate, no aprendizado da conferência que, muitas vezes, a gente via lá, não encontrava um volume grande de pessoas engajadas da área de comunicação, mas



encontrava na plenária uma dona de casa, um sindicalista de outra área, um presidente de associação de moradores, porque, comunicação não diz respeito apenas àqueles que estão na produção do conteúdo de comunicação. Comunicação diz respeito também, e principalmente, a todos aqueles que consomem aquele conteúdo, e é o conjunto da sociedade, por isso que esse conselho prevê a participação de amplos segmentos sociais, para que essa diversidade e essa pluralidade dentro do espaço do segmento de comunicação e externo a ele com a sociedade possa estar representado, e representado também com ONG's que participam e que têm com sua atividade finalística a produção de políticas públicas nessas áreas.

Então, Sr. Presidente, a proposta apresentada aqui, do projeto de lei para estabelecer as competências e o funcionamento do Conselho de Comunicação prevê que a gente possa ampliar, dar um salto qualitativo no funcionamento dessa área, tendo a sociedade como instrumento de acompanhamento das políticas públicas produzidas e as políticas públicas implementadas, tenham a sociedade como parceira para crítica e também para o apoio a todas as questões que dizem respeito ao seu interesse imediato e se relacionar profundamente com esta Casa Legislativa.

Tenho que registrar que a Assembleia Legislativa também participou do processo de criação de anteprojeto de lei, por delegação do deputado Marcelo Nilo, o deputado Álvaro Gomes esteve presente nos grupos de trabalho participando do debate, e vários deputados aqui presentes, inclusive o deputado Zé Neto, o deputado Euclides, participaram das audiências públicas, o debate de conferência, fazendo representar este poder legislativo nesses fóruns de construção com a sociedade.

Então, fizemos um processo amplamente democrático, participativo, de conteúdo e fizemos o que é o nosso dever, a missão que a sociedade nos delegou, de fazer desta uma terra mais democrática, mais plural, de inclusão, de participação das pessoas e tendo sempre colocado sobre o nosso horizonte que o argumento, que o debate, que todas as ações e propostas têm que se afirmar pelo seu conteúdo, pelo seu valor próprio, e nós não podemos fazer o debate já carregado de preconceito ou de opiniões pré-concebidas.

Então, esse anteprojeto virá também como um processo aberto para esta Casa, que tem a prerrogativa de aprová-la ou não, os Srs. Deputados que se debruçarão sobre a matéria



e avaliarão sobre a sua pertinência a possibilidade de ampliar ou diminuir o que foi sugerido pelo governo do Estado a partir dessa relação com a sociedade. Eu tenho uma expectativa muito otimista de que possamos ter aqui um debate muito profundo para que em 2011 possamos ter esse Conselho aprovado e em pleno funcionamento para melhorar a qualidade da política de Comunicação Social do Estado e levar conquistas na área de cidadania para toda a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

((Não foi revisto pelo orador.))



10387-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Agostinho Muniz

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Gostaria de registrar as presenças dos deputados estaduais, Isaac Cunha, Zé Neto, Euclides Fernandes e o deputado Álvaro Gomes.

Gostaria também de passar a palavra para alguns membros da Mesa que manifestarem o desejo de se pronunciarem e após isso conceder a palavra a todos e qualquer dos presentes, jornalistas, radialistas, membros da imprensa que aqui estão presentes fazerem qualquer tipo de pergunta para estimular o debate. As perguntas poderão ser feitas a qualquer um da Mesa.

Concedo a palavra a Agostinho Muniz, representante da ABI.

O Sr. AGOSTINHO MUNIZ:- Boa tarde a todos, sou jornalista, diretor da Associação Baiana de Imprensa e aqui estou representando o presidente Samuel Celestino da ABI que não pode comparecer e que infelizmente somente hoje me incumbiu dessa missão de vir aqui para representar a ABI, eu nem sabia que iria falar. Mas, como esta questão de Conselho de Comunicação já venho tratando há mais de 30 anos fico assustado quando vejo esse encaminhamento que está dando de forma tão atropelada. Pensava em fazer algumas críticas ao procedimento da AGECON, Assessoria Geral de Comunicação, por causa dos equívocos que tem cometido.

Pensava também que essas críticas poderiam reforçar muito o que parece ser as intenções do deputado Gaban e entrar em desacordo da necessidade, a importância da criação do Conselho.

O primeiro equívoco a se corrigir é o seguinte: Antes da Constituição Federal de 1988, esse assunto de criação de um Conselho de Comunicação era preocupação dos jornalistas brasileiros de modo geral, particularmente das diretorias da Federação Nacional de Jornalistas. Essas diretorias depois de 1980, 82 exatamente passaram a ser dominadas pela esquerda, basicamente pelo PT e a preocupação realmente era com a democratização da comunicação.



A ditadura militar usurpou de tal forma a comunicação, manipulou, controlou, manietou de toda a forma, e a gente tinha consciência de que no Brasil não produzia como de certa forma não se produz comunicação social em função dos interesses da sociedade.

Os grandes veículos de comunicação, rádio, jornal e televisão - vale dizer que jornal não está nesse círculo, mas sobretudo estão rádio e televisão - tornaram-se indevidamente propriedade privada, embora há concessões de serviço público, porque a concessão dada pela ditadura não era, evidentemente, nada democrática, privilegiados eram os grupos, os nove grandes grupos que dominam a comunicação no Brasil, dominam, manipulam e fazem da comunicação o trampolim dos seus interesses até hoje, isso não mudou. O governo Lula não teve força ou não teve interesse para fazer esse enfrentamento. Se o governo aplicasse as normas que estão estabelecidas na Constituição federal para a comunicação social, a maior parte dessas empresas teriam que ser fechadas.

A Constituição federal é exorbitante, é excessiva, no capítulo sobre a comunicação social a partir do art. 220. Não são matérias de Constituição, mas estão lá porque a Constituinte de 1988 conseguiu colocar. Era democratizar, estabelecer aqueles princípios constitucionais, por exemplo, de que a comunicação social não pode ser objeto de monopólio, mas isso sempre foi e continua sendo de certa forma.

A Rede Globo de Televisão chegou, em determinado momento, na década de 80, a ter 86% da audiência nacional. Isso é um atentado. Nos Estados Unidos, quando passa de 25%, o governo já obriga o desmembramento das empresas. Nenhuma empresa pode deter mais de 25% de audiência.

Na Bahia, o controle que se fez da televisão para objetivos políticos, felizmente a maior parte não foram alcançados, era um atentado, rádio e televisão. Então, a ideia, a concepção do Conselho Nacional de Comunicação Social era direcionado para isso porque caberia ao Conselho avaliar no momento das renovações das concessões de rádio e televisão, ou de novas concessões, as condições de atendimento dos interesses da sociedade, se as emissoras dominantes estavam ou não obedecendo ao que determina a Constituição federal em relação às finalidades de funcionamento dessas emissoras.



O Conselho criado no governo de Fernando Henrique, implantado na segunda gestão do seu governo, jamais elaborou nenhuma avaliação para assessorar o Senado federal na hora de votação da renovação de concessão. Era este o grande medo da *Rede Globo*, de que o Conselho pudesse impedir a renovação dessa cadeia imensa que tem no Brasil do sistema Globo. O Conselho não teve disposição, força naquela época do governo Fernando Henrique e depois também no governo de Lula continuou da mesma forma. As renovações, para quem assiste a TV Senado, o processo de renovação de concessão de televisão é uma vergonha. São lidos os números referentes às concessões e o Plenário aprova simbolicamente. Não há votação. Agora, tem um papel importante do conselho que ele continua perseguindo, o Conselho Nacional, que é a proposição de políticas públicas de comunicação, talvez com o passar do tempo isso vá ser conseguido.

Nas primeiras propostas de criação do Conselho Nacional, a previsão é que o Conselho seria constituído de forma tripartite: uma parte do governo, uma parte das empresas de comunicação e a outra parte dos trabalhadores em comunicação social. Quando chegou para a presidência do Conselho a proposta de regulamentação do conselho, José Sarney era o presidente do Senado e procurou atender ao que a Rede Globo queria. A Rede Globo tem um *lobby* no Senado Federal específico para a comunicação social, acompanha tudo, sabe tudo e vai atrás de tudo que se relacione com a comunicação social. Esse representante da Rede Globo junto ao Senado, dentro do Senado, achava que poderia haver problema criado pelo Conselho a partir da questão das renovações. O presidente José Sarney manipulava para que a coisa não entrasse em votação.

Num determinado momento inverteu-se tudo: a Rede Globo passou a ser a grande interessada que o Conselho fosse implantado, mas era por política lá, de briga, de luta, de um lado as multinacionais querendo entrar e do outro lado a Rede Globo percebendo que o Conselho Nacional seria um grande reforço para impedir essa investida das multinacionais. O Conselho foi implantado. Antes, José Sarney mostrou o seguinte: que sendo a constituição do conselho de forma tripartite uma parte importante não estava sendo atendida, que era a representação da sociedade sem vinculações com os meios de comunicação. Se havia trabalhadores, empresas e governo, faltava a representação da sociedade. Corretíssimo! E aí



se introduziu a alteração com essa representação da sociedade, ela é necessária porque está relacionada com a comunicação social. Não nessa forma, 7 do governo, 18 da sociedade, não é isso, não. Até porque, para corrigir uma das falhas cometidas pela Agecom nesse procedimento para chegar a essa proposta de conselho estadual, é fundamental que as empresas e os trabalhadores em comunicação estejam em situações e composições distintas. E, aí, sim, o equilíbrio será com representação da sociedade além do governo.

Agora, eu sei que eu tenho cinco minutos e não dará tempo suficiente e, ao menos, seguirei algumas anotações que eu fiz aqui. O problema do Conselho Estadual de Comunicação Social é que ele é mal conceituado por equívocos graves e erros e aspectos negativos. Praticamente, todos os conselhos existiam antes no estado. E aí vão dizer: todos? Não, alguns não são.

Se a gente pensar que do mesmo jeito que existe conselho de todo o segmento, por exemplo: Conselhos Sociais e de Direito; Conselho de Proteção aos Direitos Humanos; Conselho de Direitos do Idoso, etc. Aí, entram também o Conselho Penitenciário, Conselho de Educação e Conselho de Cultura. Só que a legislação que concebeu esses conselhos, toda esta legislação vem da ditadura militar que era uma farsa, ou seja, era fazer de conta que a sociedade estava participando, mas o controle absoluto estava na mão do governo dentro desses conselhos.

Esses conselhos não foram democratizados nem os conselhos federais, tampouco os estaduais em suas legislações. O governo Wagner se atrasou demais, porque isso era para ter acontecido. E, assim, fala-se não em democratização da comunicação, mas fala-se em democratização dos conselhos. A primeira coisa é o governo não ter áreas reservadas e exclusivas para ele. A maior parte desses conselhos estaduais e sociais de direitos é conselho presidido *ex-officio* pelo titular do órgão.

E, aí, também, entra uma outra questão profunda: qual a natureza jurídica desses conselhos? Esses conselhos ditos somente consultivos, e, aí, dizem, não mas também tem conselho deliberativo. Ora, se um conselho desse também passa a ter competência deliberativa, como se ajusta no quadro de administração do estado?



A lei tem de estabelecer isso de forma clara. Não importa na verdade, na prática dá para a gente sentir isso como representante da Associação Baiana de Imprensa em alguns desses conselhos, pois o que a gente sente é o seguinte: discutir paridade é bobagem, porque depende da composição das pessoas que estão lá. A questão é a igualdade de posições entre a representação das organizações sociais e o governo do outro lado.

No Conselho Estadual de Comunicação Social há uma coisa importante. Claro, a médio e a longo prazo esse conselho deverá refazer as suas propostas em relação às políticas públicas de comunicação. Mas há uma coisa mais importante ainda para o conselho fazer, qual seja, é definir a forma, as condições e os meios em que o Poder Público estadual disponibilizará a comunicação para chegar até às pessoas, ou seja, as pessoas não o cidadão, não é simplesmente o cidadão, mas qualquer pessoa. O governo tem de garantir isso.

Isso está na Declaração Universal dos Direitos Humanos e não se pratica. O governo do estado e o governo brasileiro, através da Presidência da República, não têm formas de garantir à pessoa o seu direito à informação. A informação por esses meios comerciais como rádio, jornal e televisão é a informação que se produz em função dos interesses da classe dominante. A informação que interessa ao cidadão, os grandes veículos de comunicação jamais vão passar. Caberá ao governo transmitir a informação ao cidadão; ele que estude os meios.

Há um ponto que não posso deixar de bater. Todas essas conferências realizadas no Brasil, todas, foram produzidas sob a tutela do poder público, com o governo controlando, criando conselhos em função delas. Então elas não são democráticas. Essas conferências precisam ser modificadas e alteradas para que haja uma participação do cidadão. Mas não de forma tão despreparada. É necessária, sim, uma participação consequente.

Essas conferências produziram, por exemplo, propostas para criação de um Conselho Estadual de Comunicação que não vale praticamente nada. Prevalece a desinformação e a falta de vivência com o problema da comunicação.

(Não foi revisto pelo orador.)



10388-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Saul Quadros

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Vou passar a palavra ao presidente da OAB. Solicito, dentro das possibilidades, que o tempo para os membros da Mesa que forem usar a palavra seja restringido para, no máximo, 10 minutos, com direito, se for necessário, a voltar para tratar de temas que tenham ficado pendentes. E os demais terão 5 minutos. Assim daremos oportunidade de todos os presentes se manifestarem.

Antes de passar a palavra ao meu caro presidente da OAB, registro as presenças das seguintes personalidades: desembargador Jandyr Alírio Guttemberg da Costa, representando o nosso Tribunal de Justiça; Nei Viana Costa Pinto, secretaria geral da OAB-Ba; Ailma do Nascimento, representante do diretor do IMA, Pedro Ricardo; Arineia de Gregório, encarregada de Imprensa e Publicidade do comando do 2º Distrito Naval; Daniela Rocha, do Comunicação Interativa; Adelmo de Assis Andrade, diretor de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Bancários; Manoel Souza de Jesus, presidente da Federação do Bancários e representante da CTB; Sr. Márcio, da Rádio Educadora, IRDEB.

Concedo a palavra ao Dr. Saul Quadros.

O Sr. SAUL QUADROS:- Meus senhores e minhas senhoras, permitam-me saudá-los na pessoa do deputado Carlos Gaban, que teve a iniciativa de convocar esta reunião para o debate público a respeito de um tema tão importante.

Gostaria de agradecer, Sr. Deputado, a deferência que V.Ex^a e esta Casa tiveram com a Ordem dos Advogados do Brasil. Estão aqui o presidente e o secretário geral da OAB para representarem os advogados do nosso Estado, colocando-nos à disposição para debater um tema da mais alta importância para a imprensa da Bahia.

Vou restringir-me, exclusivamente, ao tema. A proposta do governo é a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, instância prevista no § 2º do art. 227 da Constituição estadual.



Peço vênia para lembrar ao ilustre secretário de Comunicação do Estado – aliás, fato enfatizado por ele na sua fala – que o art. 277 da nossa Constituição está escrito da seguinte maneira: *“O Estado e os Municípios garantirão o pleno direito à comunicação e à informação e adotarão medidas necessárias contra todas as formas de censura e aliciamento, oriundas de mecanismos econômicos ou pressões e ações políticas”*. Já o artigo anterior, o 276, deste mesmo Capítulo XVI - Da Comunicação Social, nos diz o seguinte: *“A manifestação do pensamento e da criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição Federal.”*

No mês de outubro do corrente ano, estávamos reunidos em Brasília no Colégio de Presidentes de todas as seccionais brasileiras, quando tomamos conhecimento, lamentavelmente, de que a Assembleia Legislativa do Ceará tinha aprovado um projeto de lei de regulamentação de seu Conselho de Comunicação Social para fiscalizar, monitorar e controlar os meios de comunicação.

Evidentemente que a Ordem dos Advogados do Brasil não poderia chancelar esse tipo de atitude, com todas as vênias adotadas pelos Srs. Deputados do Ceará, e que logo em seguida estavam sendo sequenciadas, imitadas pelos Srs. Deputados do Estado do Piauí.

Fiquei muito preocupado, deputado, com esta reunião marcada aqui hoje, mas me tranquilizei, relativamente, diante da exposição feita pelo secretário Robinson Almeida, com o projeto que visa, tão somente, formular propostas por medidas através de um Conselho, em que a sociedade civil teria uma representação de 18 integrantes num Conselho de 25 integrantes.

Naquela oportunidade, o Colégio do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, como eu disse, reunido extraordinariamente em Brasília, manifestou seu repúdio aos projetos de criação do órgão vinculados ao Executivo, para monitorar os veículos de informação dos diversos Estados da Federação.

Chamou atenção, naquela oportunidade, com todas as vênias, que as Assembleias Legislativas não possuem competência para regulamentar a matéria que diga respeito a monitoramento, fiscalização ou controle da imprensa deste País.



A liberdade de imprensa é da essência do estado democrático de direito. Acho que a Bahia não dará o exemplo diferente nesse sentido. O projeto, o anteprojeto de lei nos foi entregue aqui, fiz uma leitura rápida dele, gostaria que merecesse, Sr. Deputado, todos os cuidados desta Casa, e que esta Casa examinasse com toda atenção este projeto de lei que, à primeira vista, numa leitura dinâmica, não vi nem a palavra fiscalizar, nem monitorar, nem controlar a imprensa.

A Ordem se sente muito honrada, e se coloca à disposição desta Casa para outros eventos, para participar e discutir a respeito do projeto. Se há uma disposição de ordem constitucional, para que se faça a regulamentação de um Conselho de Comunicação Social dentro de todo um arcabouço que diga a respeito da imprensa do nosso Estado, esta Casa com certeza se desincumbirá, como tem se desincumbido de tantas outras tarefas que a sociedade civil lhe impôs.

A Ordem dos Advogados se coloca inteiramente à disposição, a minha pessoa ou de qualquer conselheiro, para poder colaborar com o aperfeiçoamento deste anteprojeto de lei, que em um determinado momento parece-me já um pouco atrasado, são 21 anos, e isso já deveria ter sido regulamentado.

Parece-me que é absolutamente diferente daquele projeto que o jornalista Agostinho Muniz nos deu conta, nos contou a história, e nos disse dos percalços da criação do Conselho Federal de Comunicação Social.

Espero que esse Conselho possa vir a ser criado e aprovado por esta Casa e guarde uma distância razoável daquelas atribuições que foram deferidas ou outorgadas daquele Conselho Federal de Comunicação Social. Mas que o nosso esteja absolutamente em consonância com os princípios da democracia do estado democrático de direito, com as tradições de nossa terra.

É isso que espera a Ordem, e nos colocamos inteiramente à disposição desta Casa, e de V.Ex^a, Sr. Deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)



D-02

Ses. Esp. 25/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Gostaria de convidar o Sr. Roberto Coelho, representante da Associação Baiana do Mercado Publicitário, para fazer parte da Mesa, já que o Sr. Ney Bandeira teve que se ausentar por motivos imperiosos.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, eu gostaria também de uma leitura rápida, até para estimular o debate, meu caro amigo Saul Quadros, presidente da OAB, uma leitura dinâmica também desse anteprojeto de lei. E me chamou a atenção o art. 2º e os incisos IV, VII, VIII, IX, XIV, XV, XVI, porque duma maneira indireta, para mim, todos eles estimulam o controle da imprensa. Não tem aquela crítica direta, mas estimula. Isto pode levar ao controle da imprensa, todos esses incisos que citei.

E também me chama a atenção que no Conselho Estadual de Comunicação, de 25 componentes, apenas 4 representantes diretos da imprensa, que será representada através de um representante de entidade profissional de classe, apenas 1 representante do segmento televisão aberta e por assinatura, 1 representante do segmento de rádio comercial e 1 representante das empresas de jornais e revistas. Então a imprensa terá, em tese, apenas 4 participantes num Conselho de 25. Será extremamente minoritária, não tendo nenhum poder de veto ou discussão ou de impor ou debater as suas necessidades reais. Faço colocações iniciais, meu caro secretário Robinson, até para que possa anotar os dados que anotei.

**10389-IV****Ses. Esp. 25/11/10****Or. Álvaro Gomes****Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.**

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Passo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, primeiro inscrito. Deputado, vamos estipular um tempo não só para V.Ex^a, mas também para todos os parlamentares, de 5 minutos. E depois o retorno. Se for necessário, pode voltar a falar. É para lhe dar uma oportunidade e igualmente a todos que aqui estão se quiserem novamente manifestar-se. Então, o senhor tem agora 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente desta sessão especial, deputado Gaban, secretário de Comunicação, Robinson, demais componentes desta Mesa altamente representativa, em primeiro lugar queria saudar este debate, esta iniciativa e também reafirmar neste momento a necessidade da continuidade desta discussão. A exposição do secretário foi muito importante e elucidativa, pois mostra o esforço do governo do Estado na democratização dos meios de comunicação.

As conferências realizadas, várias delas regionais, envolvendo 26 Territórios de Identidade e 2.100 pessoas, culminaram com a conferência aqui em Salvador, um exemplo do esforço para democratizar este processo de discussão. Que há falhas, há. Em tudo que há na vida há falhas, lacunas, mas o fato de este debate ter acontecido envolvendo o Estado inteiro é algo muito importante. Até porque, depois de muitos anos, vem esta discussão à tona, que é a do conselho, e a rigor todos defendem, ao que me parece, a sua criação.

O problema não é a criação do conselho, mas sim como funcionará. Se ele estará a serviço da democratização dos meios de comunicação ou não, se vai ser importante para que a população tenha acesso à informação, como garante a Constituição, ou não. Então, o problema é exatamente nesse sentido.

O governo estadual está de parabéns porque tomou a iniciativa de travar este debate com todas as críticas, todas as lacunas, mas realizou diversas conferências envolvendo 2.100 pessoas e todas as regiões. O grupo de trabalho criado, inclusive com a participação da Assembleia Legislativa da Bahia, a minha, particular, e a do deputado Zé Neto também, fez o



tema institucionalmente ser discutido aqui. Portanto, é um debate que vem sendo travado. O anteprojeto de lei ainda está sendo finalizado para ser enviado a esta Casa.

Passou-se por um processo de discussão no Executivo envolvendo a sociedade civil com todas as críticas e debilidades. Esse projeto está em debate, neste momento, inclusive, quero parabenizar o deputado Gaban por ter sugerido este debate que se está realizando, hoje, nesta sessão especial e, posteriormente, o projeto virá para a Assembleia Legislativa, que será palco de amplas discussões.

Nesta Casa, o projeto passará pela Comissão de Constituição e Justiça e por outras comissões relativas ao mérito. Portanto, os 63 deputados terão a oportunidade de aperfeiçoar, de fazer emendas e de melhorar esse projeto, bem como de convocar a sociedade civil para opinar sobre ele. Portanto, estamos num processo que considero bastante importante. Aliás, gostaria, inclusive, neste momento, de sugerir aos nossos colegas parlamentares a criação da Frente Parlamentar pela Democratização dos meios de Comunicação (Palmas). Acredito que isso é muito importante. Já temos, nesta Casa, algumas frentes parlamentares, e essa é uma frente parlamentar importante. Temos um projeto de resolução da minha autoria, que é um importante projeto de participação popular, o qual precisa ser aprovado. Acredito que essa é uma discussão de grande importância.

Li o projeto, participei do seu processo de criação, de certa forma, e o considero importante, mas, naturalmente, cabe aqui o aperfeiçoamento necessário para que tenhamos, efetivamente a democratização dos meios de comunicação. Como o próprio representante da ABI – Associação Baiana de Imprensa – Agostinho Muniz falou, há a necessidade de criarmos condições para que o estado viabilize a informação para todo cidadão e cidadão, e não a informação dos grandes grupos de comunicação, que é uma informação parcial, por mais que se diga que é imparcial, não é. É uma informação parcial e que atende aos interesses do grupo que controla os meios de comunicação. O estado tem o dever de oferecer, de democratizar e de fazer com que a população tenha a informação correta e verdadeira, e não a informação parcial.

Portanto, a democratização dos meios de comunicação significa fazer com que a Constituição seja assegurada e com que a população participe, efetivamente, deste processo,



porque a questão de comunicação é, acima de tudo, uma questão de direitos humanos, e esta Assembleia Legislativa precisa aprovar, depois de amplo processo de discussão e debate, urgentemente, o Conselho de Comunicação.

Portanto vamos trabalhar com toda ênfase e garra para que este conselho seja aprovado o mais rápido possível, depois de um amplo processo de discussão. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10390-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Zé Neto

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa tarde a todas e todos. Terei que ir embora, Robinson Almeida. Estou, aqui, acompanhando este debate de perto. Deputado Gaban, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Às vezes, as pessoas pensam que há muita disputa na mídia entre mim e o deputado Gaban e que somos brigados, mas somos amigos apesar de pensarmos de forma diferente. Às vezes, a discussão esquenta muito, mas depois conversamos e nos entendemos. Assim, vamos caminhando e esse é o ar da democracia.

Quero saudar toda a mesa em nome do deputado Gaban e dizer o seguinte: Dr. Agostinho, as coisas são assim. Democracia é isso mesmo. Quando pertencia ao conselho, acompanhei de perto... Sou fã incondicional de rádios comunitárias e sei o quanto é essencial a existência delas e o quanto precisamos trabalhar para criar mecanismos de fortalecimento. Acho um equívoco, inclusive, o que está acontecendo no Senado. Nós vamos dar uma boa renovada no Senado para liberar as rádios comunitárias, a TV Comunitária, começar a andar com os pés mais seguros para deixar que a população tenha os seus mecanismos de expressão para o fortalecimento dos interesses comunitários. Não existe mundo sem comunidade, sem casa, sem lar. Primeiro, a sua família, depois, a comunidade. Temos que pensar nisso como processo de evolução da democracia. Nós temos o representante mais claro de tudo isso, o Lula só existe porque foi criado dentro do PT.

Eu quero dizer o seguinte, um sujeito como Lula só nasce dentro do PT. Primeiro, porque ele tem que entrar no jogo de discutir com todo mundo, de tomar porrada, dar porrada, de enfrentar prévias com Eduardo Suplicy, enfim, isso é coisa da democracia. Em minha cidade também já enfrentei prévias, já perdi, os companheiros que votaram contra já estão comigo. Isso é o jogo da democracia. Ninguém pode estar brigando ou achando que isso é errado, pelo contrário, está certíssimo.



Estou colocando fraternalmente pelo respeito que tenho pelo deputado Gaban, porque é esse o jogo da democracia e não existe iluminado nenhum nessa história.

Na conferência, tem que ouvir todo mundo, mesmo aqueles que não têm linguagem adequada e não conhecem a gramática, mas são comunicadores. Eles não podem ficar excluídos do processo, porque estão levando informação do seu jeito. Quantas rádios comunitárias, hoje, estão sem sustentação? Isso acontece porque não têm como pedir propaganda comercial, apoio cultural. Temos uma tese que está sendo formulada para que o Estado também possa dar apoio, as instituições, o Estado, a União, o Município possam fazer financiamentos e utilizar as rádios comunitárias, bem como pagar por isso para que elas sobrevivam.

Esse processo do conselho tem que vir para esta Casa e teremos outros e outros *rounds*. Graças a Deus nós mudamos nesta Casa. Esta Casa aprovou 38 Regimentos Internos, Leis Orgânicas, diversos mecanismos de proteção à vida profissional dos trabalhadores deste Estado, a Lei da Organização Judiciária, inclusive a OAB participou do debate depois de 29 anos, fizemos as CPI's funcionarem, como funcionou a da Ebal, e tantas outras ações. O pessoal do transporte alternativo rodoviário da Bahia passou a vida toda esperando uma lei, e esta Casa, por unanimidade, aprovou uma lei importantíssima.

Esta Casa aprendeu muito com isso e haverá de aprender mais. Até os debates sobre a condução desta Casa, na próxima gestão, passa por aí também, porque tudo isso faz parte do processo democrático.

Então, parabéns ao secretário Robinson Almeida por ter vindo fazer este debate conosco em um dia, inclusive, difícil porque faleceu o radialista Edmundo, pai de um companheiro nosso, a quem eu quero homenagear. Como havia um compromisso institucional, que diz respeito a todo Estado, não foi possível estar presente no sepultamento. Aqui está presente gente de todo lugar, de diversos *blogs*. Lá em Feira de Santana, nós temos o *blog* da Feira com Jânio Rêgo, que, tenho certeza, vai fazer um debate legal sobre este assunto.

É por aí que nós vamos mudar o conceito do que é Estado. Não há nada de interferência em conteúdo, nunca houve. Parabéns meu amigo, companheiro e advogado



Saul, que compreendeu isso. Nós temos que avançar, e o Estado tem que ser compartilhado, cabe aos cidadãos o espaço para discutir, dialogar, propor e questionar, e às vezes tomar a rebordosa no debate, porque o debate é isso. Ninguém é dono da verdade. Nós vamos encontrando caminhos para que o bom senso prevaleça.

Parabéns ao deputado Gaban, bem como a todos que estão presentes. Vamos fazer com que esse tema comece a tomar corpo porque ele chegará a esta Casa Legislativa, outros momentos virão, e conto com a sua participação, Sr. Jonas Paulo. Vamos discutir comunicação e assimilar que esse é o vento da democracia que a cada dia chega mais e mais ao Estado brasileiro, e não seria diferente na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 25/11/10

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Roberto Coelho, representante da ABMP...

O Sr. Saul Quadros:- Antes que Roberto faça uso da palavra, quero pedir desculpas aos senhores, porque tenho uma reunião do Conselho Secional da Ordem dos Advogados marcado para 19hs. Portanto, peço licença, desculpas, mas vou ter que me retirar.

Quero colocar a Ordem à disposição desta Casa, deputado. Nós voltaremos aqui tantas vezes quanto sejam necessárias para discutir este projeto e outros tantos que os senhores entenderem conveniente a participação da Ordem dos Advogados. Quero também pedir desculpas a Roberto por não poder assistir a sua colocação, mas, com certeza, tomarei conhecimento de todas as manifestações das pessoas que fizerem uso da palavra aqui. Peço licença para me retirar.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Antes que V.Ex^a se retire, meu caro presidente da OAB, Saul Quadros, em nome do Poder Legislativo, gostaria publicamente de agradecer a colaboração que a OAB tem dado a este Poder. Já não é a primeira, já foram muitas e muitas as audiências públicas que nós tivemos aqui, todos os processos que envolvem o Judiciário e a sociedade baiana a OAB se fez presente, sempre com a presença de V.Ex^a e de representantes da OAB, como já confirmou também a participação, na próxima terça-feira, dia 30/11, quando vamos discutir, vamos aprová-lo ainda este ano, o projeto de privatização dos cartórios. A OAB, mais uma vez, já colaborou nas outras audiências e nessa finalização não poderia estar ausente.

Muito obrigado. O Poder Legislativo não vai abrir mão da colaboração da OAB sempre que for necessário.

O Sr. Saul Quadros:- Estaremos presentes. Essa é uma notícia alvissareira. É necessário que se resolva, o mais rápido possível, o problema dos cartórios extrajudiciais. A Bahia não pode continuar convivendo com essa situação lastimável que os cartórios



extrajudiciais estão passando. Então, é uma notícia alvissareira, deputado. Parece-me que o deputado Zé Neto também confirmou isso.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Ele é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Saul Quadros:- Temos certeza de que, ainda este ano, poderemos resolver esse problema que é tormentoso para o jurisdicionado, para aqueles que precisam do serviço público e para os advogados de um modo geral.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Eu é quem agradeço.



10391-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Roberto Coelho

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Roberto Coelho, representante da ABMP.

O Sr. ROBERTO COELHO:- Minha saudação a todos presentes na pessoa do presidente da Mesa. Embora esteja falando pela Associação do Mercado Publicitário, associação que congrega vários segmentos, alias é uma característica desse conselho que é bastante plural, vou falar um pouquinho como Roberto. Nos meus 31 anos de vida profissional de comunicação, sou do tempo que a *TV* começava meio-dia e que a gente revelava filmes, ainda encontro alguns colegas hoje com uma câmera no ombro, do tempo que a gente não tinha nem o vídeo-tape, tive o desprazer de conviver com a ditadura e com um sensor dentro da emissora de televisão.

Posso dizer que em minha caminhada, na área da comunicação, vivenciei vários aspectos, esse triste da censura, mas tive também a oportunidade de viver a evolução tecnológica. Pela atuação em várias entidades associativas do nosso segmento, sindicatos de empresas, Associação Baiana de Rádio e TV, acompanhei também, a fundo, a Legislação. Uma das preocupações do Conselho, em toda discussão, foi exatamente, além das construção de um conselho plural, o respeito constitucional. Era a preocupação de que tivéssemos ali um conselho que viesse atender a um anseio da sociedade depois de 20 e tantos anos, mas que também representasse o momento, uma realidade atual, porque é assim que é formado um processo legislativo. Ele deve atender o anseio popular também. É dessa maneira que leis tornam-se caducas ou leis aparecem. E é muito claro na Bahia, que foi o Estado pioneiro com a criação da Conferência de Comunicação, o anseio da sociedade baiana por uma evolução na comunicação que venha acompanhar os novos tempos, a convergência de mídias. Que venha atender as necessidades da população. Mas esse atendimento só vem de uma produção legislativa, que é de responsabilidade desta Casa.



Então, posso dizer com muita satisfação que vivi 30 anos de evolução na comunicação, em vários aspectos, como, por exemplo, no jurídico. Vivemos a repressão, mas também a evolução. Podemos dizer que a ABMP, por congregar todos os segmentos de comunicação – agência de propaganda, todo setor produtivo como rádio, TV, *outdoor*, mídia exterior, telecomunicações – e por entender esse mercado, teve o maior cuidado nesse grupo de trabalho para que esse Conselho fosse, sim, como o secretário deixou muito claro, um instrumento que viesse ampliar a comunicação e as políticas públicas de comunicação no nosso Estado.

Então, posso concluir, na minha condição de um profissional com 31 anos de trabalho, dizendo que hoje a minha atividade profissional estará coroada de êxito e felicidade quando vir instituída em nosso Estado uma ferramenta tão importante para o nosso segmento.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10392-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Regina Ferreira

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Gostaria de registrar as presenças da deputada estadual Fátima Nunes e do presidente do PT estadual, Jonas Paulo.

Concedo a palavra à vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, a prezada amiga Regina Ferreira.

A Sr^a REGINA FERREIRA:- Muito prazer, deputado, e obrigado por ter convidado o Sindicato, o qual se sente honrado por estar aqui. É uma pena que temos poucos jornalistas presentes, o que seria muito importante.

Agradeço também ao secretário Robson pela iniciativa de ter organizado, produzido e se interessado em fazer conferências tão importantes. O professor Agostinho, esse grande amigo que gosto de paixão, falou, parece-me, que essas conferências não deram resultados ou não foram importantes. Não concordamos, pois vimos a participação do povo, o que foi extremamente útil para todo o processo, na discussão da criação do Conselho de Comunicação.

O Sindicato sente-se muito honrado por essa iniciativa do governo porque, pela primeira vez, pudemos nos reunir e discutir. Muita gente sabe das dificuldades do Sindicato. Não podemos negar isso. No entanto tivemos esse apoio e conseguimos agregar, discutir e levar adiante. Por isso que V.Ex^a, deputado, propôs este debate. Esperamos por outros para que possamos esclarecer o que é esse Conselho de Comunicação.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



10393-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Itamar Ribeiro

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Regina, depois de ouvir suas palavras, gostaria de lembrar o grande avanço que tivemos aqui, caro Robinson, que é termos conhecimento desse anteprojeto, porque a pior coisa que existe é ver o que está acontecendo em outros estados, a exemplo do Ceará, e não ter consciência do que está acontecendo na Bahia.

Se algumas adequações tiverem que ser feitas, todas as categorias da imprensa estão aqui presentes e as sugestões serão dadas. E os aperfeiçoamentos serão feitos pelo próprio governo ou, se necessário, com emendas dos parlamentares dessa Casa. Mas se inicia o debate a partir de um conhecimento do teor desse anteprojeto.

Com a palavra o radialista Itamar Ribeiro.

O Sr. ITAMAR RIBEIRO:- Boa-tarde a todos.

Inicialmente quero agradecer a oportunidade e cumprimentar o presidente da Mesa, deputado Gaban, pela iniciativa de trazer a público essa discussão. Acredito que até pouco tempo era uma preocupação de todos nós da categoria de radialismo e também de jornalismo.

Como professor da disciplina Legislação Específica da Comunicação tenho visto e acompanhado as dificuldades até de grandes produtores, não só de notícias como de vídeos institucionais e outros tantos materiais de produção. Pude ver, atentamente, nas palavras do secretário Robinson sua preocupação, porque quando se fala em comunicação social é tão abrangente, pois não é só o rádio, a TV, o jornal. Fazemos comunicação social em todos os meios.

Acredito que seja preocupação do secretário traduzir tudo aquilo que é produzido, principalmente nas cidades do interior, nos municípios que compõem o nosso Estado, e trazer a público através das próprias redes públicas e privadas. Temos sentido isso de perto quando algo é produzido e não vai ao ar, e ninguém dá ouvidos. Nesse sentido, acredito que o Conselho pode fazer esse papel de interlocutor junto à comunidade no município que produz.



Também ouvi atentamente o secretário quando ele dizia que tudo que é produzido vem através da verticalização. O tempo que temos, principalmente de televisão, na Bahia para produção e apresentação de matérias regionais é muito curto.

Acredito que este é um momento importante, pois o Conselho será composto por 25 integrantes: sendo 7 representantes do Estado e 18 integrantes da sociedade, dentre eles profissionais de cada classe: jornalismo, radialismo.

Também comungo com a leitura rápida feita pelo presidente Saul Quadros, e, acredito que, como foi dito aqui, aquilo que realmente tiver que se ajustar dentro desse trabalho, desse anteprojeto de lei, será ajustado pelos parlamentares desta Casa.

Fico feliz em tomar conhecimento de perto desse anteprojeto de lei. O conhecíamos só através de discursos, mas agora estamos conhecendo de perto, e quero parabenizá-lo, deputado Gaban, pela iniciativa de trazer a público, para todos nós, esse anteprojeto de lei nesse primeiro momento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



10394-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Ernesto Marques

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra ao Sr. Ernesto Marques, assessor de imprensa e diretor da ABI.

O Sr. ERNESTO MARQUES:- Boa-tarde, deputado Gaban, em nome de quem saúdo toda a Mesa e, ao lado dos secretários Robinson Almeida e Diogo, vou procurar ser econômico até nos 5 minutos, deputado.

Alguém disse, não me lembro quem, que a imprensa não tem que ser justa, a imprensa tem que ser livre. E essa é uma grande verdade. Mas, deputado e meus colegas radialistas e jornalistas, aqui, acompanho essa luta já há bastante tempo, não vi até agora em nenhuma proposta, é claro que toda proposta tem as suas imperfeições, nenhuma tentativa de assacar a liberdade de imprensa ou a liberdade de expressão. E a melhor forma de defender o projeto que esta Casa terá a oportunidade de colocar em pauta é uma leitura rápida, como fez o presidente da OAB, Saul Quadros, e constatando que ali não há qualquer pretensão ou mecanismo de cercear ou de controlar conteúdo.

Agora, é fato, deputado, que a sociedade brasileira precisa de alguns instrumentos para cuidar do conteúdo. Vários de nós aqui dentro somos pais, temos filhos e nos preocupamos, lógico, com a qualidade do que é produzido. Esta Casa tem os seus mecanismos de controle e controla o Poder Executivo. E nós temos o Poder Judiciário. A imprensa que se diz ser o quarto poder não pode se arvorar a estar acima de tudo e de todos, de todas as instituições e não admitir que o que ela produz seja analisado, seja discutido - por que não reprovado?

Um exemplo é um colega seu da atividade política, o deputado Ibsen Pinheiro. Quem repara o dano causado ao deputado Ibsen Pinheiro pela revista *Veja*? Quantos anos ficou o deputado Ibsen Pinheiro fora da política, um quadro da qualidade dele, que muito poderia ter contribuído em vários momentos no Congresso Nacional se não tivesse a sua carreira violentamente interrompida por uma má informação, mal apurada.



Há situações semelhantes com outras pessoas, com instituições. Infelizmente a gente vê isso no cotidiano, principalmente agora e na pele do assessor de imprensa do governo do Estado, sentado do lado de cá do balcão, os malfeitos da imprensa são muito mais perceptíveis obviamente para quem senta do lado de cá.

A informação apressada, mal apurada, a informação imprecisa, isso não pode ser confundido com liberdade de imprensa, nem com liberdade de expressão. E o zelo pela qualidade do que a imprensa oferece à sociedade, que é a razão de ser da nossa atividade, não pode ser uma coisa de pouco valor. E deve ser muito valorizada primeiro pelos profissionais de imprensa, também por toda a Casa parlamentar que não deve aceitar, por exemplo, a análise simplista, simplória e muitas vezes medíocre que se faz da classe política nivelando todos por baixo e cassando dos agentes políticos, que é uma prerrogativa de qualquer cidadão, a presunção de inocência. É como se entrar na política fosse entrar para o mundo do crime. E esse tipo de jornalismo que ataca uma instituição como o Poder Legislativo ao fazer isso comete uma grande contradição. Assim como não existe democracia sem imprensa livre, também não existe democracia sem Parlamento, sem democracia participativa.

Então, fazer uma referência a este momento em que a gente vive agora, o que os deputados Álvaro Gomes e Zé Neto fizeram em seus pronunciamentos aqui, é singular e mostra o prejuízo que a Bahia teve ao demorar tanto em pautar este debate. E vejo que, por ironia, temos aqui um deputado do DEM, representante de um grupo que teve sucessivos mandatos aqui, em nosso Estado, tomando a iniciativa de propor uma sessão especial para analisar uma proposta gestada a partir de uma iniciativa do governo, muito bem coordenada e liderada pelo secretário Robinson Almeida, que soube, não como iluminado que tinha a verdade de tudo, mas com a sensibilidade de ainda na fase de transição atender a duas articulações de movimentos com espectros bastante variados e iniciar este debate mesmo antes da posse, recebendo contribuições e desde o primeiro momento do governo convocando essas entidades a sentar, discutir, a fazer, a ter iniciativa, a ter a honra de ter sido o primeiro governo a convocar uma conferência de comunicação, antes mesmo do governo federal, e de fazer logo em seguida para atender ao Regimento da Conferência Nacional e dela participar com muito vigor.



Para finalizar, tinha prometido não gastar os 5 minutos, quero me solidarizar com meu companheiro de diretoria da ABI Agostinho Muniz, que recebeu a missão ingrata de nosso presidente Samuel Celestino, e já reclamei com ele, agora há pouco, por telefone, porque a ABI ainda não pautou esse debate internamente. Aí, faço um *mea-culpa*, nós estamos muito mais atrasados ainda, a ABI precisa discutir isso internamente entre a sua diretoria e seus associados. Portanto, a ABI não tem posição até este momento sobre a proposta aqui apresentada.

E aprofundando a minha culpa compartilho com Agostinho, com Samuel e os demais um pedido de desculpas por termos nos ausentado do debate, que pode ter cometido as falhas que Agostinho apontou. Mas, pela primeira vez, desde 1989, quando foi promulgada a Constituição, um governo teve a coragem e a sensibilidade de ouvir o que a sociedade reclamava, abriu longo e participativo debate e colocou aqui uma proposta para ser discutida pelo Poder Legislativo que, certamente, convocará audiências públicas e vai aprofundar esse debate entre os parlamentares, que é a legitimidade do voto popular, mas também ouvindo as várias representações da sociedade, e não exclusivamente do segmento dos profissionais de imprensa, porque, como foi dito pelo secretário, essa é uma matéria que interessa à cidadania, a toda a sociedade baiana, e por isso, deputado Gaban, finalizo mais uma vez parabenizando-o e desejando, vez que, infelizmente, V.Ex^a não renovou o seu mandato, a sua participação nas audiências como cidadão, como ex-deputado preocupado com essa questão. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10395-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Pedro Caribé

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Pedro Caribé, jornalista do Observatório do Direito da Comunicação.

O Sr. PEDRO CARIBÉ:- Boa-tarde a todas e a todos presentes ao Plenário, quero primeiro saudar o deputado Gaban pela iniciativa de convocar esta audiência pública e por compreender que o debate da comunicação pública é uma questão suprapartidária, de interesse nacional e estadual, que deve estar acima de interesses mesquinhos ou pequenos de partidos ou grupos políticos ou econômicos. Tanto que, em São Paulo, um deputado também do DEM escreveu um artigo esta semana no Observatório do Direito à Comunicação, do qual sou repórter, sendo favorável ao Conselho Estadual de Comunicação em São Paulo. Esse debate tem saído de uma aura de preconceito e sendo percebido por diversos setores da sociedade como algo que não interessa a um grupo que esteja no governo, seja a ou seja b.

Uma das atribuições do Conselho, por exemplo, deputado Gaban, é de acompanhar a questão das verbas publicitárias do governo do Estado da Bahia. Quem está no governo ou na Oposição costuma ter sempre posições semelhantes, e a partir de um Conselho de Comunicação com participação da sociedade é possível que os movimentos sociais, como as organizações de classe, possam participar e acompanhar para que a sociedade tenha clareza de como estão sendo distribuídos e quais são os critérios dessa verbas publicitárias.

Outra coisa, Gaban, que é de suma importância para o Conselho de Comunicação, é de que ele faça o fortalecimento do sistema público de comunicação. Em qualquer lugar do mundo os sistemas públicos de comunicação são muito fortalecidos, seja nos Estados Unidos, Espanha, Inglaterra Alemanha, no Japão, na Austrália e na África do Sul. Infelizmente, no Brasil, nós tivemos por ano um sucateamento do sistema público de comunicação no qual há um prevalecimento do sistema comercial, conforme Agostinho Muniz, e a prerrogativa desse conselho é que há uma estrutura pública para que o sistema público de comunicação tenha o maior vigor em seu funcionamento no Estado. Um sistema



público não é um sistema estatal de comunicação no qual um governador a ou b, conforme assuma, determina como serão as diretrizes. É preciso também que haja participação social, um sistema efetivamente público conforme democracias nas quais os direitos sociais e civis são bastante atendidos, e esse conselho pode ter essa função também na Bahia.

Uma outra questão de muita importância para o Conselho de Comunicação Social é o fortalecimento da comunicação comunitária, conforme Zé Neto comentou. A comunicação comunitária é reconhecida por organismos internacionais, tais como a OEA e a Unesco, como fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade. Na Bahia, temos ainda índices sociais de Saúde e Educação muito baixos, entre outros, e é necessário que a comunicação comunitária tenha instrumentos de políticas públicas para o seu fortalecimento e sua inter-relação com a Saúde e a Educação para o provimento dessas garantias de direitos sociais em comunidades, principalmente da zona rural.

Num Estado que tem a maior população rural do País, a Bahia, um outro elemento fundamental - e aí é importante a presença do coronel da Polícia Militar - é a constante violação aos direitos humanos em programas policiais entre o meio-dia e as 2 horas da tarde. E esse caso, Gaban, não é de liberdade de imprensa. Muitas vezes é de polícia. Eles entram em delegacia com a câmera ao lado e fazem o julgamento e a condenação sumária de pessoas. O Ministério Público da Bahia tem afirmado que a maioria das pessoas que passam nesses programas são soltas pela polícia em razão da insuficiência de provas contra elas, e a maior parte dos casos apresentados envolve a população negra e jovem da periferia de Salvador.

Na Universidade Federal da Bahia fizemos um monitoramento durante 6 meses dos Programas Na Mira e Se liga, Bocão, sendo bem objetivo, o que comprovou uma série de violações com conivência, muitas vezes, de delegados e policiais deste Estado. Para o senhor perceber, deputado Gaban, o Conselho não é uma questão de interesse do governo a ou b, e sim do interesse da sociedade. É uma questão suprapartidária.

Parabenizo a importante convocação para discutirmos esse Conselho e espero que haja outros debates e a participação contínua da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas!)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



10396-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Julieta Palmeira

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Julieta Palmeira, integrante do Portal Vermelho e do grupo de trabalho do Conselho Estadual de Comunicação.

A Sr^a JULIETA PALMEIRA:- Boa-tarde! Quero saudar todos os presentes, as entidades e, em especial, o presidente desta sessão, deputado Gaban, que retoma este debate na Assembleia Legislativa, o qual já ocorreu aqui por iniciativa do deputado estadual Luiz Nova, jornalista, e, se não me engano, da deputada Moema Gramacho. Quero saudar também o secretário da Agecom, Robinson Almeida, por permitir que, pela primeira vez, possamos iniciar uma discussão a respeito de um anteprojeto do Conselho de Comunicação, até mesmo antes de o governo oficializar a sua entrada nesta Casa. Acho que isso mostra que estamos indo bem num debate que já se dá há muito tempo na Assembleia e também na sociedade civil, envolvendo inclusive entidades e, mais recentemente, os empresários da área.

Quero, aqui, dar um certo testemunho desse debate ocorrido no Conselho criado pelo governo Wagner, do qual participo ao lado do Roberto Coelho, da Daniele Rocha e do Emanuel Souza, que está presente a esta sessão, entre outros, no sentido de que a ideia que motivou e permeou as nossas discussões nesse grupo de trabalho do Conselho de Comunicação mostra que havia a necessidade de estimular, como bem disse desta tribuna o secretário - acredito que há uma convergência dele -, a existência dum conselho estadual com a definição da sua ação, da sua atividade, diante do que está previsto na Constituição Estadual e sem tomar as iniciativas, o que cabe à Constituição Federal, porque isso transformaria qualquer anteprojeto em discussão nesta Casa. em inconstitucional.

Portanto, a ideia do Conselho é ele se ater, gostaria de reafirmar isso, a formular e executar uma política pública de comunicação. Isso, de forma alguma, interfere na ação da iniciativa privada no setor e mesmo de outras legislações que envolvem competência da Constituição Federal.



Então, o fato que marca aqui esse debate é a ideia de que o Conselho Estadual de Comunicação por si só deve manter a sua função, deve se ater ao que lhe destina a Constituição aprovada em 1989.

Segundo, de que a ideia, muito pelo contrário, de se ampliar a participação da sociedade de um modo geral, inclusive a imprensa, no sentido mais geral, por isso não caberia a ideia de que é preciso que esse terreno seja limpo, no seguinte sentido: não se trata de um Conselho onde se implementaria um verdadeiro controle à imprensa aqui no Estado da Bahia. Os debates no nosso GP, com a presença, inclusive, de representantes da imprensa, representantes do governo, da sociedade civil e dos empresários, leva em conta, exatamente, a garantia e está exatamente na questão dos direitos humanos e fundamentais no que lhe destina a Constituição Estadual.

Portanto, o que motivou, efetivamente, está relacionado, inclusive, ao fato de que esse não é um debate que se prende apenas a jornalistas, mas é um debate que interessa à sociedade como um todo, e é por isso que ao propor a participação de várias entidades no Conselho, nós fizemos isso levando em conta todas as pessoas ligadas à área, tanto de empresários(...) - e lá nos discutimos bem isso, não é Roberto Coelho? - (...)como também de entidades, como também de profissionais da área de comunicação, como do governo também. Então, de fato a sociedade civil, aí, não está sendo colocada como foi citado anteriormente, e sim pela presença de entidades.

Finalizando, gostaria de dizer que considero que o debate aqui está começando, apesar de ser um debate que já existe lá fora, mas é um marco, eu acho, a gente iniciar o debate sobre a criação do Conselho Estadual de Comunicação aqui na Assembleia e por isso queria saudar isso. Eu participo da União de Mulheres Brasileiras que participam do GT e também sou do Portal Vermelho, fui nomeada pelo governador para participar do Conselho e é com esse motivo que a gente entende que a convivência no Grupo de Trabalho do Conselho de Comunicação foi uma convivência profícua o que nos motiva a continuar essa interlocução com todos os setores sociais – empresários, entidades e profissionais da área.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



10397-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Daniela Rocha

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra a Daniela Rocha, da ONG Cipó Comunicação Interativa.

A Sr^a DANIELA ROCHA:- Boa-tarde a todas e todos. Eu também fui membro do GT, junto com Julieta, Roberto e Emanuel, e saúdo a mesa. Eu represento a Cipó, uma organização na Bahia que trabalha com comunicação e nós formamos adolescente e jovens na área de comunicação para que eles produzam mídia.

Eu faço questão de afirmar, desse lugar de onde eu sou, que assim como a cultura não é só do artista, ela também é do povo, a comunicação não é só dos profissionais que estão inseridos dentro dos veículos de comunicação, dos veículos de massa, mas ela também é do cidadão, é um direito do cidadão, e a liberdade de expressão é algo muito caro, muito importante para a democracia, e da qual a gente não quer abrir mão. A ideia do Conselho, é justamente ampliar essa liberdade de expressão para toda a sociedade. Não só a mídia tem o direito de se expressar, mas todo e qualquer cidadão. Ele se expressa tendo o direito de produzir e de difundir a sua informação. É esse espírito, esse conceito que está colocado nessa proposta de conselho e que é urgente que se faça.

A Bahia precisa avançar muito na área de políticas públicas de comunicação, e o conselho é um desses instrumentos que vai permitir que possamos formular políticas públicas para garantir que esse direito de expressão seja garantido de uma forma mais ampla.

Na instituição em que eu atuo, tivemos agora numa viagem por 18 municípios do Semiárido baiano, Nordeste 2, municípios muito pobres. Simplesmente, a esses municípios, apenas a 2 deles chega um jornal de circulação estadual. Ou seja, as pessoas estão isoladas, estão invisíveis. É preciso que haja políticas para que elas tenham esse direito de ser reconhecidas. Talvez, nunca venhamos a saber o que se passa, o que se pensa em Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Cipó, Pedro Alexandre, enfim, em todas essas cidades que visitamos, porque a informação não circula, esse direito não está garantido.



A concepção, a essência da criação desse conselho é justamente esta, para que possamos auxiliar o Estado, o governo, a elaborar políticas que garantam esse direito. A imprensa vai continuar tendo seu direito, óbvio, ela precisa disso, isso faz parte da essência da democracia. Todos nós aqui defendemos isso. Mas não é só ela. Não podemos pensar só nela quando pensamos em comunicação. Aqui, nesses incisos do Art. 2º, a ideia é justamente essa, para que outros grupos, outras instituições tenham essa possibilidade e acessem esse direito à comunicação.

Uma outra questão é: se a comunicação é um direito, está incluída nos direitos humanos. Isso precisa também ser objeto da nossa observação, da nossa vigilância. O conselho pode ser um guardião nesse sentido dos direitos humanos, isso é muito importante. Como Pedro, inclusive, acabou de falar, a liberdade de expressão não pode ser maior do que a dignidade humana. Esse preceito está na Constituição tanto quanto o da liberdade. Em nome dela, não podemos permitir que determinados veículos e programas continuem violando, sistematicamente, os direitos humanos, como acontece hoje. E a comunicação precisa ser responsabilizada sobre isso. Esse conselho pode cumprir o papel importante de ajudar nesse sentido.

Então, para mim, a Assembleia Legislativa vai ter nesse conselho muito mais um aliado no sentido de promover políticas públicas qualificadas para este Estado e de ser vigilante no sentido dos direitos humanos. Mais do que uma preocupação, pode ser um grande instrumento de auxílio nesse sentido para esta Casa.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



10398-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Emanuel Sousa

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Concedo a palavra ao último orador inscrito, Emanuel Sousa, jornalista, representante da CTB.

O Sr. EMANUEL SOUSA:- Boa-tarde a todos. Gostaria também de parabenizar a iniciativa do deputado Gaban, a convocação desta sessão e fazer minhas as palavras no que diz respeito ao elogio ao secretário de Comunicação, Robson, e ao governo do governador Wagner. A minha fala vem um pouco no sentido também de ampliar esses parabéns e explicitar um pouco como foi construído esse anteprojeto. A luta pela democratização da comunicação não surgiu agora, no atual governo. Essa é uma luta que veio e teve uma força relativamente grande ali no final da década de 70, início da década de 80, quando conquistamos a redemocratização do País, mas que teve de prosseguir bastante. Essa luta veio, inclusive, no momento em que se incluiu na discussão desta Assembleia Legislativa, na Constituição de 89, a criação do Conselho Estadual de Comunicação e prosseguiu durante todo esse período.

Existem muitos companheiros que precisam ser destacadas dentro dessa luta. Estava aqui presente o professor Jonecael Cedraz, um dos baluartes na luta à frente do FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, está presente o professor Agostinho, da ABI, que também se destacou como profissional de imprensa, mas também como cidadão nessa luta pela democratização. Esse anteprojeto que está sendo apresentado aqui foi gestado mais recentemente, a partir de um trabalho extremamente árduo de construção, trazendo os mais diversos segmentos da sociedade.

Há algum tempo, pensava-se assim: discutir comunicação é uma coisa para os profissionais da comunicação ou para aquelas organizações não-governamentais que trabalham em torno da comunicação. Representei em todo esse processo a CTB – Central de Trabalhadores do Brasil – e viemos agregar nessa discussão. Eu disse: não, mas essa discussão precisa movimentar toda a sociedade. E chegamos, hoje, a ter um anteprojeto que



no seu primeiro enunciado reconhece o direito à comunicação social como um direito humano. Essa é a grande síntese que está posta. Conciliar interesses e fazer o debate do segmento da representação dos trabalhadores, representação dos movimentos sociais, das Ongs, dos jornalistas, com as entidades e com as empresas que atuam na comunicação não foi uma tarefa fácil. Chegamos e conseguimos viabilizar. A Bahia foi pioneira com a I Conferência de Comunicação, mas tivemos que conciliar esses interesses na construção da I Confecom e foi um trabalho extremamente árduo, conseguimos conciliar esse interesse.

Infelizmente, algumas empresas que detêm o monopólio não participaram da Confecom. A *Rede Globo* não quis participar, entre outras. A *TV Bandeirantes* participou, a *Rede TV de Televisão* participou de todo aquele processo.

E quando hoje nós apresentamos, o deputado Álvaro Gomes foi muito feliz, esse anteprojeto, não é do governo, é um anteprojeto apresentado pelo governo mas construído pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, pelas organizações que atuam na comunicação, pelos empresários da comunicação do nosso Estado que, através das suas entidades, se fizeram representar.

Então, quando nós chegamos a esse patamar de apresentar na Assembleia um anteprojeto, penso que nós chegamos ao ponto crucial do debate.

Tenho certeza de que esta Assembleia Legislativa vai se debruçar sobre esse tema. Nós nos comprometemos mobilizar todos os movimentos sociais para que acompanhem os debates dentro desta Assembleia, porque na questão do direito à comunicação, e aqui estamos reconhecendo como direito humano, é preciso que todos os segmentos da sociedade se apresentem.

E a proposta que se apresenta para formatação desse Conselho com 25 entidades do qual o Estado participa com 7, mas não 7 representando o governo, são representando as Secretarias da Educação, da Cultura, os diversos segmentos do governo que podem contribuir com isso. É um Conselho no qual se apresenta a questão da representação profissional tipo OAB, Conselho Regional de Psicologia, ABI, etc., que prevê a participação do segmento empresarial – todas as áreas empresariais que atuam no Estado estão aqui representadas na proposta –, que prevê a participação das Ongs, do movimento sindical, a



representação dos trabalhadores de comunicação – dos jornalistas, dos radialistas–, é um Conselho extremamente amplo. E acredito que, obviamente, não é uma proposta acabada, mas que teve uma construção por trás dela, uma construção que durou bastante tempo, que exigiu muito esforço.

Eu me sinto orgulhoso de ter participado desse processo e tenho certeza de que esta Casa irá se debruçar para aperfeiçoar o projeto com celeridade, porque já estamos esperando há 21 anos a existência do Conselho Estadual de Comunicação aqui na Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10399-IV

Ses. Esp. 25/11/10

Or. Jonicael Cedraz

Discutir a Criação do Conselho de Comunicação Social em nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Mais um profissional se inscreveu. É o Jonicael representando a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

O Sr. JONICAEL CEDRAZ:- Deputado Gaban, parabéns pela realização desta tardia, mas que chegou, sessão especial sobre a questão do Conselho Estadual de Comunicação.

Nós propusemos o Conselho em nível nacional e se passaram 11 anos para que esse Conselho pudesse ser instalado. Por quê? Porque os empresários da área de comunicação, em nível nacional, não queriam de maneira nenhuma que se fizesse esse Conselho. Terminaram paralisando o Conselho, e estamos tentando agora retornar o Conselho Nacional de Comunicação.

Como bem disse o representante da OAB, Dr. Saul, essa discussão que chegou agora nas construções de projetos dos conselhos estaduais de comunicação dos diversos estados, a partir do Ceará, e o questionamento que veio de alguém que não tinha tentado ver que diabo tinha esse Conselho, que importância teria esse Conselho e passou a se questionar no campo empresarial de novo. Aqui acontece algo diferente, os empresários mais a sociedade civil, mais o estado sob a liderança de Robinson Almeida, e parabéns por estar conosco durante o governo Wagner para construir esse projeto de diálogo entre sociedade e estado e chegarmos hoje a um projeto de um conselho estadual de comunicação.

Aqui é diferente. Então, por isso estamos hoje no mercado publicitário fazendo esta sessão especial. Infelizmente, só tive acesso a esse texto agora. Encontro uma série de problemas pequenos que precisam ser corrigidos por questões até de interpretação que a língua portuguesa vai nos trazer. E aí tem questões até no campo jurídico, questões políticas que precisam ser sinalizadas.

Anotei aqui para vocês tanto no capítulo das finalidades como no capítulo da composição. No capítulo das finalidades acontece uma coisa interessante: fomentar a



produção, difusão de conteúdos de iniciativa estadual. Alguém, na hora que escreveu, deve ter pensado conteúdo da sociedade. O seu discurso no início é de que a sociedade está censurada pelos meios de comunicação, a sociedade não tem presença nos meios de comunicação. Precisamos ouvir a expressão da sociedade, a liberdade de expressão que é um direito da sociedade. Aliás, a Constituição da Bahia em 89 é a primeira do Brasil que coloca direito à comunicação. E está lá o artigo dizendo: é obrigação do Estado e dos municípios do Estado da Bahia garantirem o pleno direito à informação e à comunicação. E só se fará isso com um conselho que encontre iniciativas de políticas públicas para garantir esse direito à comunicação.

Então, me parece aqui só uma correção de iniciativa estadual para o conteúdo da sociedade. Articular critérios técnicos de audiência. Aqui não são só critérios técnicos, são critérios sociais da questão da audiência no caso das verbas publicitárias do estado. Estimular a adoção de recursos tecnológicos. Aqui fala em digitalização privada, pública e comunitária. A palavra pública tem sido usada ultimamente por uma empresa brasileira de comunicação, mas substituindo a chamada radiodifusão educativa, que foi privatizada, toda terceirizada etc, aqui na Bahia também, então passaram a usar pública. A expressão na Constituição brasileira é sistema estatal, sistema público que é da sociedade e sistema privado, que é o que nós conhecemos nos meios de comunicação no Brasil. Precisamos rever aqui essa palavrinha porque está errada.

No 217º há um problema seriíssimo aqui, aí a questão agora é só de erro, alguém se passou na hora de colocar uma palavrinha ue muda tudo. Acrescentar a palavra: as populações em todo o território. 17º – Fomentar a inclusão digital às populações, não basta chegar o telefone, a Internet no lugar, é preciso que a população tenha acesso às novas tecnologias. Isso foi aprovado na conferência de comunicação do Estado da Bahia, Portanto, estariam ferindo a conferência se não colocarmos aqui a palavras: as populações, e não apenas chegar lá ao território.

Terminando aqui com relação à composição, é um absurdo realmente colocarmos, e o Conselho Nacional não colocou isso. Colocou: radialistas, jornalistas, se colocou apenas um representa de classe dos trabalhadores. Ora, o representante dos trabalhadores de



comunicação tem que ser colocados aqui nesse Conselho. Se não tiver assistência não teremos democratização da comunicação. Aqui está o setor empresarial, mas não está o setor dos trabalhadores de comunicação. A ONG não substitui os trabalhadores nesse aspecto de jeito nenhum. Tem garantido aqui os aspectos das ONGs, uma série de representação da sociedade ao lado dos trabalhadores e empresários de comunicação e o representante do poder estatal da comunicação estatal que tem que estar presente e já está lá o órgão do Estado e da representação comunitária. É preciso rever isso aqui.

Portanto, eu proponho que se faça uma nova audiência pública como foi definido na audiência pública que tivemos na Escola de Comunicação para revermos essas questões e apresentarmos um projeto mais seguro, mais discutido, para o início da nova legislatura.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-04****Ses. Esp. 25/11/10**

O Sr. PRESIDENTE (Gaban):- Finalizando, eu gostaria de colocar que o Poder Legislativo só pode ser forte e respeitado quando as comissões técnicas da Casa em todas as esferas funcionam. São através das discussões das comissões técnicas que temos a possibilidade de ouvirmos as comunidades e os segmentos organizados da sociedade. Da mesma forma, cobro as audiências públicas e também as sessões especiais como esta.

Em nome do Poder Legislativo, eu gostaria de agradecer a presença de todos e também dizer que o Poder Legislativo continua à disposição de toda a classe da imprensa de nosso Estado, pois estávamos atemorizados com um projeto de lei inconstitucional aprovado pelo Ceará. A gente vê com muita alegria, meu caro Robson, o anteprojeto aqui apresentado pelo governo, pois a gente não tem mais aquele temor que tínhamos. Algumas adequações – lógico – são e serão feitas. E o Poder Legislativo está aqui para isso.

Outras audiências, naturalmente, a partir daqui deverão ocorrer como debates nas comissões técnicas pertinentes na Casa e onde a imprensa já deu a sua colaboração hoje e dará muitas mais para que a gente possa aperfeiçoar, a fim de que este projeto, quanto vier para cá, possa ser aprovado e, quem sabe, com dispensa de licitação e dispensa de formalidades já que será debatido amplamente com a participação da imprensa. Nós temos de atender aqui neste caso específico a imprensa e a sociedade. E é o nosso dever e a nossa obrigação.

Então, em nome do Poder Legislativo, gostaria, meu caro Robson Almeida, de agradecer à sua participação e a participação de todos os segmentos organizados nas pessoas aqui presentes como a ABI, OAB, etc, mais todos os jornalistas que compareceram. Eu acho que a Casa e a Bahia fica mais sossegada e parte da imprensa nacional para ver que o casuísmo ocorrido no Ceará não deverá ter repercussão em outros estados. É o que a gente espera. E, aqui na Bahia, graças a Deus, as coisas estão sendo conduzidas da maneira que nós gostaríamos que fosse neste caso específico do conselho que, pela análise rápida que



fizemos aqui, está apenas regulamentando o que a Constituição do Estado da Bahia determina e é uma regulamentação tardia, mas antes tarde do que nunca.

Então, muito obrigado pela presença de todos. O Poder Legislativo, mais uma vez, agradece a presença dos senhores e das senhoras da imprensa. (Palmas)

Está encerrada a presente sessão.